

As eleições suplementares para a Câmara dos Deputados de 1913 no Alentejo

PEDRO FIGUEIREDO LEAL

tabacaria@sapo.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL)

Resumo

O presente estudo incide sobre as eleições suplementares de 1913 para a Câmara dos Deputados da recém-implantada República Portuguesa, focando-se nos cinco círculos eleitorais do Alentejo que foram a votos: Portalegre, Estremoz, Aljustrel, Beja e Elvas. Aborda tópicos referentes aos partidos políticos no Alentejo: elites políticas locais, escolha dos candidatos, campanha eleitoral e resultados eleitorais. As eleições suplementares de 1913 foram o primeiro grande combate político e partidário nesta região após a fragmentação do Partido Republicano Português em três: o Partido Republicano Evolucionista, a União Republicana e o Partido Democrático, este último herdeiro da designação oficial do partido mãe, o PRP. As eleições foram disputadas por estas forças políticas, que se estabeleceram de forma diferente em cada distrito alentejano, bem como pelo Partido Socialista Português e por candidaturas independentes de carácter regionalistas. Apesar da influência local de Brito Camacho e do seu partido, a União Republicana, estas eleições demonstraram que a hegemonia do Partido Republicano Português, expressa nas eleições constituintes de 1911, persiste agora na sua nova configuração de Partido Democrático, afirmando-se como o maior partido na região e no país até 1926.

Palavras-chave:

eleições legislativas; partidos políticos; Alentejo; Primeira República

Abstract

The present study focuses on the supplementary elections of 1913. It addresses the topics related to political parties in this region, local political elite, choice of candidates, election campaign and electoral results. The 1913 supplementary elections were the first major political and partisan struggle in Alentejo after the Republic was established. These elections were disputed by the main political forces that were established differently in each Alentejo district. Despite the local influence of Brito Camacho and his party, these elections demonstrated the growing hegemony of the Portuguese Republican Party that became the largest party in the region and in the country until 1926.

Key concepts:

elections; political parties; Alentejo; First Republic

Introdução

Nos estudos sobre as eleições da Primeira República, em Portugal, continuam a persistir várias lacunas. Se a nível nacional, prevalecem ainda hoje as investigações pioneiras de Oliveira Marques, a nível local as lacunas são ainda mais evidentes, sendo escassos os estudos que analisam a participação eleitoral, o número de votos de cada candidato, através das assembleias de apuramento e das comissões de verificação de poderes que validavam os resultados oficiais (Marques, 1975, 126-128).

O presente artigo, com base nas actas de apuramento geral depositadas no Arquivo Histórico Parlamentar, pretende estudar as eleições suplementares de 1913 para a Câmara dos Deputados realizadas no Alentejo. Tratou-se da primeira grande disputa eleitoral nesta região após a implantação da república, visto que as eleições constituintes de 1911 apenas se efectuaram num reduzido número de círculos eleitorais. Pretende também contribuir para um maior conhecimento sobre actos eleitorais realizados a nível local.

O contexto político do Alentejo no início da República

Durante a I República, o Alentejo acompanhou o dinamismo da política nacional, embora com algumas especificidades regionais, sendo

constituído por seis círculos eleitorais: Portalegre, Elvas, Évora, Estremoz, Beja e Aljustrel (Piçarra e Pinto, 2010).

Durante as eleições para a Assembleia Constituinte, o Partido Republicano Português (PRP) venceu quase sem oposição a nível nacional, o mesmo se passando no Alentejo, em que conseguiu eleger 24 parlamentares. Contudo, nesta região o acto eleitoral efectuou-se apenas nos círculos de Évora e Beja, pois a disposição do novo sistema eleitoral dispensava a realização do sufrágio nos círculos onde só houvesse uma lista concorrente, que seria automaticamente eleita (Valente, 1999, 151-172).

Após as eleições, o PRP acabou por se dividir em torno de três figuras: Afonso Costa, António José de Almeida e Manuel de Brito Camacho, um alentejano natural de Aljustrel.

Afonso Costa, com uma forte base radical, acabou por conseguir dominar o aparelho partidário, através da eleição do novo directório com elementos que lhe eram afectos, levando ao abandono de António José de Almeida e de Brito Camacho (Valente, 1999, 265-269). A União Nacional Republicana, bloco partidário que ambos organizaram, foi efémera. Dela surgiram duas novas formações políticas: o Partido Republicano Evolucionista (PRE) e a União Republicana (UR) (Leal,

2010, 27-32).

No Alentejo, a fractura do velho PRP também afectou seriamente as estruturas políticas locais. Em Beja, distrito de Brito Camacho, a elite republicana convergiu maioritariamente em torno dos unionistas, sendo *O Bejense* o seu porta-voz. Aliás, à excepção de José Estêvão Pais de Vasconcelos, os deputados eleitos pelos círculos de Beja e Aljustrel filiar-se-iam na União Republicana. Ao PRP, conhecido popularmente como Partido Democrático, coube-lhe criar a estrutura partidária que congregou a base popular republicana, mas também antigos monárquicos e muitos elementos ligados aos serviços e ao comércio. O jornal *O Porvir* foi o seu órgão oficial (Piçarra e Mateus, 2010, 20-22). Em Beja, em 1914, para além da junta distrital, o PRP tinha comissões municipais e centros republicanos em quase todos os concelhos (*Boletim do Partido Republicano Português (BPRP)* 1914), 386-388). Os evolucionistas, por seu lado, nunca conseguiram constituir uma junta distrital, mas apenas algumas juntas municipais com poucas adesões Azevedo, (1984, 76, 100-104) e reduzida expressão eleitoral.

Em Évora, os elementos preponderantes do poder local, como Estevão

da Cunha Pimentel, governador civil, e Júlio Patrocínio Martins, presidente da comissão administrativa municipal, aderiam ao Partido Evolucionista, passando o jornal *Voz Pública* a ser o seu órgão oficial. Na realidade, este partido haveria de ter aí uma expressão significativa, que possibilitou a criação de uma junta distrital (Azevedo, 1984, 76, 100-104). Quanto aos unionistas, a sua organização era neste distrito bastante residual (Faustino, 1997, 60-64). O PRP, dominado agora pelos apoiantes de Afonso Costa, aproveitou-se das estruturas partidárias já existentes, o que muito contribuiu para o seu domínio regional, tendo constituído uma junta distrital e comissões municipais em todos os concelhos da região (*BPRP*, 1914), 392-394).

Em Portalegre, a divisão partidária afectou igualmente os parlamentares eleitos em 1911 por este círculo, que acabaram por aderir ao Grupo Parlamentar Democrático (Ventura, 2010, 39-40). O PRP tornou-se indiscutivelmente preponderante a nível local, mercê da sua implantação generalizada (*BPRP*, 1914, 403-404). O Partido Evolucionista conseguiria também um número apreciável de adesões, por influência de algumas figuras históricas, tais como Júlio de Alcântara Botelho, Vasconcelos e Sá e Vasconcelos Abranches. Daí a criação

de juntas municipais em quase todos os concelhos, chegando a estabelecer, em 1919, uma junta distrital (Azevedo, 1984, 76, 100-104). A União Republicana, apesar de contar nas suas fileiras com o conhecido e prestigiado republicano Eusébio Leão, natural de Gavião, concelho deste distrito, teve uma expressão muito residual em Portalegre, de tal modo que, nas eleições suplementares de 1913, não apresentou candidatos neste círculo (Ventura, 2010, 42-45).

As eleições suplementares de 1913

Em Janeiro de 1913, Afonso Costa conseguiu finalmente liderar um governo composto unicamente por democráticos. Por ser minoritário no Congresso dependia do apoio parlamentar dado pelos unionistas no Senado (Valente, 2009, 66-67). Havia, porém, necessidade de realizar eleições suplementares para a Câmara dos Deputados. O artigo 86.º da Constituição estipulava que seria preciso completar a Câmara logo que esta ficasse reduzida a menos de cento e trinta e cinco membros. Muitos parlamentares haviam transitado para o Senado em Outubro de 1911 e outros haviam abandonado a Câmara dos Deputados. As eleições suplementares iriam realizar-se a 16 de Novembro de 1913, em 28 círculos, para preenchimento de 37 vagas de deputados. No Alentejo, só não houve eleição em Évora.

Como o controlo das autoridades administrativas era fulcral para um bom desempenho eleitoral, o governo tratou rapidamente de substituir os governadores civis e administradores do concelho. A par destas medidas, o governo promoveu uma importante alteração à lei eleitoral: no sentido de restringir a capacidade de voto, inibiu os analfabetos de votar, mesmo se fossem chefes de família, na presunção de que estes (sobretudo nas regiões rurais) poderiam ser atraídos pelos monárquicos ou republicanos mais conservadores (Lopes, 1994, 73-78; Valente, 2009, 72-74).

A nova lei eleitoral (Lei n.º 3, de 3 de Julho) afastou milhares de cidadãos das urnas. Segundos os dados do censo eleitoral, e em relação ao último recenseamento, o distrito de Beja perdeu mais de 20000 eleitores, passando a estar registados 9029; o de Évora perdeu cerca de 14000 eleitores, passando para 8235 e o de Portalegre ficou-se pelos 7615, perdendo cerca de 15000 eleitores (*Censo*, 1916, 46-49).

Para além da restrição do direito de voto, o método de recenseamento também foi alterado, ficando as autoridades administrativas responsáveis pela sua efectuação, sendo abolidas as comissões de recenseamento (Lopes, 1994, 113-123). O governo saía, pois, claramente reforçado na sua capacidade de intervenção eleitoral. Mas viu crescer as

críticas por parte da oposição. É disso exemplo o órgão evolucionista de Évora, *Voz Pública*, que acusava os “democráticos” de “incoerentes” e “tumultuosos”. E em relação à “violência dos processos” no recenseamento eleitoral denominava-a de “fúria dos instintos”. Para a *Voz Pública*, não restavam dúvidas de que estas eleições seriam o “primeiro combate do regime, das instituições”. Contudo, asseverava logo que “não provocarão grande entusiasmo”. Ia até mais longe, pois criticava a própria formação dos partidos existentes, revelando que eles se formaram um pouco “artificialmente”, sendo mais um produto de “identidade de sentimentos dos homens que os constituem de que o resultado da harmonia” entre as ideias da mesma categoria política (*Voz Pública*, 10.7.1913).

O líder unionista, Brito Camacho, esperava sair beneficiado das eleições. Contava que Afonso Costa retribuísse com deputados o apoio que a UR lhe dava no Senado. Sonhava, em suma, na rotatividade entre unionistas e democráticos. As ambições de Afonso Costa, porém, eram outras, porque o que de facto queria era aproveitar as eleições suplementares para conquistar para os democráticos uma maioria que fizesse do PRP o partido hegemónico da República (Valente, 2009, 74-75).

De forma aparentemente neutra, Brito Camacho garantia que os unionistas iam “para as eleições como os cavaleiros antigos iam para uma justa”. Iriam pelejar “por maneira que terminada a refrega nos possamos apertar as mãos” (*A Lucta*, 8.11.1913). Lembrava também a fidelidade ao governo, reiterando que, mais de uma vez, os unionistas impediram “com os seus votos que o ministério se fosse abaixo” (*A Lucta*, 11.11.1913). Os jornais locais afectos ao governo, como *O Porvir*, tentavam demonstrar a imparcialidade das autoridades, inserindo as directrizes do governador civil de Beja, que intimava o administrador do concelho para que assegurasse a mais “ampla liberdade e independência” (*O Porvir*, 1.11.1913).

Como os monárquicos ainda estavam arredados das lutas eleitorais, apenas o Partido Socialista Português, com alguma implementação local no operariado e nas associações de classe (Piçarra e Mateus, 2010, 28-30) conseguiu submeter-se a sufrágio no distrito de Beja.

A escolha dos candidatos e a campanha eleitoral

No PRP, a escolha dos candidatos revelou discrepâncias entre as decisões dos órgãos locais e as do directório nacional, que pretendia ter sempre a última palavra. Esse aspecto foi particularmente evidente no círculo de Estremoz, que teve a participação do goês Alberto Xavier.

Como este recordaria nas suas memórias, fora José Lourenço Marques Crespo quem o convidara a ser candidato às eleições suplementares. Esse médico era seu “amigo”, parente “muito próximo” da sua mulher e presidente da comissão política do “Partido Democrático” em Estremoz, “onde dispunha de larga influência pessoal”. Alberto Xavier, que então exercia as funções de chefe de gabinete do Ministro da Justiça, Álvaro de Castro, aceitou o convite. O seu nome, porém, seria vetado pelo directório, que propôs outro candidato. Isto deu origem a uma “irredutibilidade difícil de sanar”, pois a comissão política de Estremoz fez saber “firmemente” que “só se empenharia” por Alberto Xavier. Quando o prazo final para a apresentação das candidaturas estava quase a acabar, no “derradeiro minuto” o directório nacional acabou por aceitar “forçadamente” o seu nome (Xavier, 1950, 35). Este caso acabou por ser uma excepção. Em Elvas, por exemplo, muitos eleitores do PRP estavam decididos a abster-se por não concordarem com as escolhas do directório. O que levou a respectiva comissão municipal do PRP a ameaçar votar no candidato unionista (*A Capital*, 5.11.1913). Contudo, no dia do sufrágio os democráticos acabaram por votar incondicionalmente no candidato previamente sancionado pela direcção nacional (Lopes, 1994, 38).

Com excepção de Alberto Xavier, todos os candidatos do PRP eram oriundos do Alentejo. O mesmo se passava com os unionistas que, no entanto, em Beja, queriam eleger o lisboeta Augusto de Vasconcelos, antigo chefe do governo. E para isso contavam com a benevolência dos democráticos. Afonso Costa, porém, tinha destinado para esse círculo o seu chefe de gabinete, Urbano Rodrigues. E manteve-se inflexível nessa escolha. Como recordou nas suas memórias António Maria da Silva, essa atitude magoou profundamente Brito Camacho, que a considerava um “agravo directo”. Até porque essa candidatura não poderia manter-se “sem o beneplácito do chefe do Governo” (Silva, 1981, 49). A relação entre os dois partidos deteriorava-se, pois, cada vez mais com constantes acusações unionistas sobre a acção persecutória por parte das autoridades administrativas afectas aos democráticos.

Em Beja, dizia *O Porvir*, a luta eleitoral decorria “agitadíssima”. Não só por parte da oposição evolucionista, com diversas campanhas de difamação, mas também por parte dos unionistas. O referido jornal reiterava que estes apoiavam o governo no Parlamento, “mas vêm de longa data guerreando-o encarniçadamente, na imprensa, sob o fútil pretexto de alvitradas e fantásticas perseguições a diversos adeptos

seus, com diversas posições oficiais”. *O Porvir* ajudava a deitar achas para a fogueira, ao publicar cartas indignadas de eleitores, que garantiam que vários elementos do partido unionista andavam “cacicando valentemente” nas aldeias de “porta em porta”. Para este órgão do PRP, o que o governo tinha a fazer era “cumprir o seu programa e manter-se no poder, com maioria sua, por espaço de tempo que só a vontade soberana do povo português deverá fixar” (*O Porvir*, 18.10.1913).

A campanha eleitoral acabou por se centrar em comícios e manifestos nos jornais (*O Bejense*, 5.11.1913). No editorial d’*O Porvir*, o candidato democrático António dos Santos Silva, oficial da Marinha, prometia que, no Parlamento, iria procurar implementar medidas que auxiliassem o desenvolvimento da Agricultura (não esquecendo a indústria); garantia ainda que iria lutar pela “construção de vias no círculo e melhoramentos nas existentes”; não deixaria também de estudar o “problema dos caminhos-de-ferro e das dragagens dos nossos rios”. O outro candidato democrático, Urbano Rodrigues, prometia defender a “política” do PRP, apoiar Afonso Costa, “vigiar pela segurança da República e promover o seu engrandecimento” (*O Porvir*, 8.11.1913). Pelos unionistas, Aboim Inglês, engenheiro de minas, dava particular

destaque à agricultura que considerava a “mola real” da vida portuguesa. Dela esperava o maior impulso para o ressurgimento da Pátria. No seu manifesto, defendia o projecto da irrigação do Alentejo, a seu ver viável, se realizado pela construção de albufeiras. Defendia ainda o fomento das indústrias derivadas da agricultura, o aproveitamento da cortiça, a melhoria dos vinhos e dos azeites, a criação do Crédito Industrial, o fomento da instrução, o aumento salarial dos professores e o estabelecimento do salário mínimo (*O Bejense*, 15.10.1913).

Em Portalegre e Elvas, a maior novidade destas eleições foram as candidaturas regionalistas de João Camoesas, empregado de comércio e estudante, e de Egídio Rijo Inso, engenheiro agrónomo. O que, diga-se, ia ao encontro de uma aspiração que remontava aos primeiros anos do novo regime: a organização de um partido regionalista alentejano (Ventura, 2010, 40-42).

A candidatura de Camoesas apoiava-se no novo jornal de Portalegre *A Cidade*, que tentava explicar a “diferença” dos regionalistas para com os “partidos”, que apenas queriam criar “maiorias parlamentares”, encarando a administração municipal como uma “coisa secundária”. Os regionalistas, pelo contrário, eram norteados por um sentido “ eminentemente construtivo”, fazendo questão de realçar que os

seus “centros não seriam escola de intrigas, focos de educação social”, mas “agentes formadores de competências”. Em suma, queriam “realizar a democracia portuguesa pelo ressurgimento do município” (*A Cidade*, 26.10.1913).

Em Elvas, para além do candidato regionalista, a disputa fazia-se principalmente entre o democrático José Nunes Tierno da Silva e o antigo administrador do concelho, Júlio de Alcântara Botelho, influente figura local, agora evolucionista, que havia aí proclamado a República. Para *O Districto de Portalegre*, o resultado era “problemático”, já que os candidatos empregavam o “melhor do seu tempo e inteligência para vencerem”. Não faltavam as promessas: um lado dava como certa “a construção do caminho-de-ferro de Vila Viçosa a Elvas”. O outro oferecia “uma carradinha de lenha ao eleitor”. Se um prometia “um emprego público”, o outro avançava com “um opíparo jantar do belo espumoso”. Os processos mantinham-se, como dizia o jornal, rematando deste modo o seu artigo: “só o rótulo mudou e Portugal continua a ser o mesmo Portugal de há 50 anos” (*O Districto de Portalegre*, 19.11.1913).

Poucos dias antes das eleições, *O Século*, como que fazendo uma son-

dagem, analisava em trabalho bastante desenvolvido a disputa eleitoral no país. Em Portalegre dava grande destaque ao “regionalismo alentejano”, que nesse círculo contava com “mais e melhores adeptos”. Devido à “propaganda intensa”, concitara o apoio do operariado e de “muitos industriais”. De resto, sobravam em importância as “forças eleitorais democráticas e evolucionistas”. Em Elvas, eram os mesmos agrupamentos que disputavam as eleições, estando as candidaturas “muito equiparadas”. Embora os democráticos tivessem uma “força política talvez superior aos evolucionistas”, o regionalismo contava com importante apoio de “muitos lavradores”, “industriais” e até do “operariado”. Em Estremoz, devido à ausência dos unionistas, a luta fazia-se entre os evolucionistas, com influência grande em Estremoz, Reguengos e Vila Viçosa, e os democráticos, que predominavam nos restantes concelhos: “ambos contam com a vitória mas as informações dão como impossível de prever a quem pertencerá a vaga do círculo”. No círculo de Beja, a influência eleitoral inclinava-se sobretudo para os unionistas: “as informações são concordes em que vencerá o candidato da União que goza ali de muitas simpatias”, dizia *O Século*. Por fim, em Aljustrel a “força eleitoral” parecia “inclin-

se” também para os unionistas, “que no círculo têm influência mormente na sede principal”. Os núcleos democráticos eram “também importantes” e “de menor força os evolucionistas”. Quanto aos socialistas, tinham alguma implantação em Beja e Aljustrel, mas nunca suficientes “para fazerem triunfar qualquer candidatura”. Para o diário lisboeta, uma coisa era certa: a nova lei eleitoral tinha retirado milhares de pessoas dos recenseamentos (*O Século*, 14.11.1913).

Para *O Mundo*, esta sondagem não passava de “notícias de má-fé falsíssimas”. O órgão democrático acusava as oposições de as porem em “circulação com o malévolo intuito de gritarem depois que foi à força que o governo teve a sua vitória”. A leitura deste diário tinha dados bem distintos para revelar, afirmando que os círculos de Portalegre e Elvas estavam “bons”. Mais: os evolucionistas, que contavam com o triunfo em Portalegre, já estavam “desenganados”. Quanto aos unionistas, tinham-se escondido “atrás do regionalismo”. Mas *O Mundo* esperava uma “vitória sem ambiguidades”. Em Estremoz, a “despeito do desenfreado caciquismo”, pois os “almeidistas e camachistas” trabalhavam juntos contra o candidato do PRP, havia “esperança” que este ganhasse. Já o círculo de Beja era “dos mais certos”, pois a influência de importantes unionistas, como Aresta Branco era apenas uma

“lenda”. Mas apenas “enquanto esteve ao lado” do PRP. Agora não via “senão o espectro dessa influência, que não era pessoal mas do partido”. Aljustrel “também está magnífico”, pois “santos da casa não fazem milagres” e Brito Camacho não gozava do “prestígio político que lhe era atribuído” (*O Mundo*, 15.11.1913).

Quando faltavam poucos dias para a realização das eleições começaram a ser divulgadas várias notícias indiciando graves irregularidades no processo eleitoral. Entre elas, merecem destaque a exclusão de eleitores do recenseamento eleitoral, as fraudes e os acordos entre todas as forças políticas, no sentido de estabelecerem previamente o resultado final das eleições em alguns concelhos (*A Capital*, 14.11.1913).

Os resultados das eleições

No dia 16 de Novembro de 1913, o PRP obteve no todo nacional uma vitória retumbante, conseguindo eleger 33 deputados. Os dois partidos da oposição limitaram-se a dois deputados para cada um: na Figueira da Foz e em Coimbra (evolucionistas), e em Angra do Heroísmo (unionistas).

Apesar da expectativa, no Alentejo o PRP venceu também de forma contundente. Em Portalegre, Joaquim Portiheiro Júnior, com 1649 votos, bateu com facilidade o evolucionista João Calado Rodrigues, que

teve apenas 659 votos. Em Estremoz: Alberto Xavier, com 1045 votos, venceu o candidato evolucionista António Pires, que teve 705 votos. Em Aljustrel, António dos Santos Silva com 1208 votos venceu o unionista Francisco Susa Dias que teve apenas 728 votos. A exceção foi em Beja, onde a diferença entre o candidato democrático, Urbano Rodrigues, e o unionista, António Lobo Aboim Inglês, se fixou em apenas 38 votos. Em Elvas, a disputa foi também assinalável, ficando o candidato democrático, José Nunes Tierno da Silva, médico e lavrador, com uma vantagem de 150 votos face ao evolucionista, Júlio de Alcântara Botelho. Com a vitória democrática em Beja, onde a participação eleitoral se reduzira significativamente, uma vez que votaram apenas 5887 eleitores (Piçarra, 2010, 35)., o jornal *O Porvir* declarava com orgulho que havia sido desfeita a “lenda” de que este distrito “era um feudo camachista” (*O Porvir*, 19.11.1913). A oposição, que queria “exclusivamente”, deitar abaixo o governo, “errou” (*O Porvir*, 22.11.1913).

Estas eleições foram um choque para a União Republicana, que não conseguiu eleger nenhum deputado no Alentejo. Em Beja, os unionistas confessavam a sua surpresa pelos resultados obtidos, tanto mais que supunham “que os monárquicos se abstinham”. A derrota, diziam,

devera-se a uma coligação inesperada contra o seu partido: “afinal, tivemos pela frente os velhos caciques’ monárquicos, juntos aos nossos correligionários doutros tempos, todos a guerrearem-nos, todos unidos contra nós”. Mas ao fim e ao cabo pareciam conformados: “ainda bem que perdemos”, pois que “por tal preço nunca quereríamos a vitória” (*O Bejense*, 19.11.1913). De facto, a união entre o governo e a “velha cacicagem monárquica”, dizia Augusto de Vasconcelos em correspondência com João Chagas, era um dos motivos que tinham levado à derrota de Aboim Inglês em Beja. Para o candidato preterido por Afonso Costa, tinha sido “péssimo” que o regime se “estresse com umas eleições feitas à moda da Monarquia, com os mesmos vícios, muito mais refinados”. Ao colaborar nessas “falcatruas”, o “poder central” enchia de “desânimo” aqueles que esperavam, “não umas eleições livres”, mas umas “eleições decentes” (Chagas, 1958, Vol II, 186).

Para o órgão democrático de Montemor-o-Novo, o resultado eleitoral espelhava um voto de confiança no governo e um “aplausos de todo o país” à sua “política financeira” (*Democracia do Sul*, 22.11.1913). Por sua vez, a reflexão dos evolucionistas em Portalegre era a de que “qualquer governo tem sempre nesta boa terra portuguesa uma massa

de amigos de ocasião, prontos a mostrar nas urnas as suas convicções de tirar e pôr”. A abstenção, considerava o mesmo periódico, não deixava de ser uma das grandes culpadas pelos resultados eleitorais. Onde estaria já este “governo que nos sufoca, asfixiando o país”, perguntava o seu periódico, se os “abstencionistas deixassem a sua compreensão patriótica dos seus deveres cívicos de apoiar indirectamente o que tanto condenam falando” (*O Evolucionista*, 23.11.1913).

Apesar da expectativa que haviam criado, as candidaturas regionalistas foram um verdadeiro fracasso. João Camoegas, por exemplo, não chegou aos 20 votos e Egídio Rijo Inso 158. Já em Beja, o candidato socialista, teve apenas 58 votos (resultados eleitorais apurados em Arquivo Histórico Parlamentar – Secção IX, cx. 90 a cx. 93).

A vitória esmagadora dos democráticos acabaria por ser fatal para o governo. Com o reforço da sua maioria na Câmara dos Deputados, a Brito Camacho não restava outra alternativa senão cortar o seu apoio no Senado, onde o PRP não dispunha de maioria. Foi esse o palco político em que as oposições conseguiram bloquear a actividade governativa. Papel semelhante teve o Presidente da República, Manuel de Arriaga, Perante o agudizar da crise política e social, em carta particular, de 24 de Janeiro de 1914, o chefe do Estado instava Afonso

Costa, António José de Almeida e Bito Camacho a conseguirem do Congresso a devida autorização para que, até novas eleições, fosse constituído um “governo extrapartidário” que procedesse à “discussão do orçamento do Estado, à revisão da lei da separação, a uma amnistia ampla para os crimes políticos e presida ao acto eleitoral para ser garantida a genuinidade do voto, segundo o acordo comum” (Serra, 2007, 56).

Sentindo-se desautorizado com essa iniciativa presidencial, Afonso Costa acabou por pedir a demissão em Fevereiro de 1914.

Conclusão

As eleições suplementares para a Câmara dos Deputados de 1913 foram o primeiro grande combate político e partidário do Alentejo após a fragmentação do Partido Republicano Português, pouco tempo passado desde a implantação da República e das eleições constituintes de 1911. As principais forças políticas tiveram assim a oportunidade de aferir a sua implantação local. Através, nomeadamente, da análise da imprensa regional e nacional, pudemos Apesar da grande influência de Brito Camacho, natural desta região, os resultados eleitorais da União Republicana foram decepcionantes, pois não conseguiram eleger qualquer deputado no Alentejo. A mobilização dos vários partidos, as

campanhas, os comícios e manifestos não lograram, pois, atingir os seus objetivos. Na realidade, a força das autoridades administrativas, dependentes do Ministério do Interior, a máquina eleitoral controlada pelo partido que chefiava o governo continuava a ser determinante para o sucesso do sufrágio, tal como acontecia durante a Monarquia Constitucional. Para além disso, as alterações legais do sufrágio, com a exclusão dos analfabetos e um maior controlo dos recenseamentos, limitaram a peleja eleitoral. Na realidade, as eleições suplementares demonstraram a hegemonia do Partido Republicano Português que se tornou o maior partido na região e no país até 1926. Para a oposição, estas eleições serviram sobretudo para acentuar uma realidade que não era nova em Portugal: só com o controlo do Ministério do Interior ou utilizando métodos não constitucionais lhes seria permitido chegar ao poder.

Referências Bibliográficas

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico Parlamentar – Secção IX, cx. 90 a cx. 93

Fontes hemerográficas

Capital (A). Lisboa, 1913
Bejense (O). Beja, 1913
Cidade (A). Portalegre, 1913
Democracia do Sul. Montemor-o-Novo, 1913
Districto de Portalegre (O). Portalegre, 1913
Evolucionista (O). Beja, 1913
Lucta (A). Lisboa, 1913
Mundo (O). Lisboa, 1913
Porvir (O). Beja, 1913
Século (O). Lisboa, 1913
Voz Pública (A). Évora, 1913

Fontes impressas

Censo Eleitoral da Metrópole: Câmaras legislativas: dados referentes ao Regime absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano (1916) – Lisboa: Ministério das Finanças. Direcção Geral da Estatística. Imp. Nacional

Chagas, João (1958) – *Correspondência literária e política com João Chagas*. Lisboa: Emp. Nac. de Publicidade, vol. II

Silva, António Maria da Silva (1981) – *O Meu Depoimento. Da Proclamação da República à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Xavier, Alberto (1950) – *Memórias da Vida Pública*. Lisboa: Livraria Fern

Bibliografia

- Azevedo, Manuel Roque (1984) - Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912 - 1919). *Nova História*, n.º 2, Dezembro, pp. 74-122
- Faustino, Carla Sofia Ângelo (1997) – *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*. Lisboa: ISCTE. Tese mestrado em História Social Contemporânea.
- Leal, Ernesto Castro (2008) – *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lopes, Fernando Farelo (1994) – *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Marques, A. H. de Oliveira (1975) – *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Piçarra, Constantino (2010) – *Beja Republicana: 1910-1926*. Loulé: 100Luz.
- Piçarra, Constantino, Mateus, Rui (2010) – *Beja: Roteiros Republicanos*, Lisboa: C.N.C.C.R. Matosinhos: Quidnovi
- Piçarra, Constantino, Pinto, Ana Catarina (2010) – *A Primeira República no Baixo Alentejo*. Almodôvar: Câmara Municipal.
- Serra, João B. (2006) – *Manuel de Arriaga*. Lisboa: Museu da Presidência da República.
- Valente, Vasco Pulido (1999) – *Poder e o Povo: a Revolução de 1910*. Lisboa: Gradiva, 3.ª ed. rev. e corrig.
- Valente, Vasco Pulido, Portugal (2009) – *Ensaio de História e de Política*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Ventura, António (2010) – *Portalegre: Roteiros Republicanos*. Lisboa: C.N.C.C.R. Matosinhos: Quidnovi.

Nota biográfica:

Pedro Figueiredo Leal é licenciado em História (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e Mestre em História Contemporânea (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Tese: *Domingos Leite Pereira: intervenção política e acção governativa durante a Primeira República*.